

A INFLUÊNCIA FRANCESA DENTRO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1930 – 1964): DECLÍNIO OU PERMANÊNCIA?

Rodrigo Nabuco de Araujo

Universidade de Toulouse 2 – Le Mirail

França

rodrigo_nabuco@terra.com.br

Resumo: Esse artigo aborda as relações internacionais do Brasil e particularmente as relações militares com a França e os Estados-Unidos, durante o período democrático (1945-1964). Tenta-se compreender como o Exército brasileiro e a diplomacia francesa perceberam as mudanças no conjunto dos componentes internos e externos do sistema internacional ao final da Segunda Guerra Mundial. Ao passo que durante vinte anos a França manteve uma missão militar de instrução junto ao Exército brasileiro, as relações entre esses dois países foram severamente perturbadas pelo desfecho da guerra. De parceiros privilegiados, eles estabelecem doravante relações distantes, perturbadas pela presença dos Estados-Unidos. Nossa perspectiva é a da diplomacia francesa. A ampla documentação conservada no ministério das Relações Exteriores, *Quai d'Orsay*, dá origem a uma ilusão de continuidade entre dois períodos próximos, porém distintos, provocando uma confusão entre os interesses da França e a realidade brasileira. Tenta-se compreender como num contexto de declínio francês, as relações franco-brasileiras se mantêm, se enfraquecem ou acentuam-se.

Palavras chaves: influência francesa; relações triangulares Brasil-Estados-Unidos-França; militares e política externa.

L'influence française dans l'armée brésilienne (1930-1964): déclin ou permanence ?

Résumé : Cet article aborde les relations internationales du Brésil et particulièrement les relations militaires avec la France et les Etats-Unis dans la période précédant le coup d'Etat de 1964. Nous essayons de comprendre dans la moyenne durée comment l'armée brésilienne et la diplomatie française perçoivent la reconfiguration des rapports de force internationaux au lendemain de la Seconde Guerre mondiale. Alors que pendant plus de vingt ans la France entretient une mission militaire d'instruction auprès de l'armée brésilienne, les relations militaires entre la France et le Brésil sont sévèrement perturbées par la

Seconde Guerre mondiale. De partenaires privilégiés, ils établissent désormais des rapports distants, biaisés par la présence des Etats-Unis. Notre perspective est celle de la diplomatie française. L'abondante documentation conservée au Quai d'Orsay crée une illusion de continuité entre deux périodes distinctes, et suscite une confusion entre les intérêts de la France et la réalité brésilienne. Nous essayons de comprendre comment dans un contexte de déclin de la puissance française, les relations franco-brésiliennes se maintiennent, s'éclipsent ou s'accroissent. Comment s'opère le rapprochement entre le Brésil et la France.

Mots clés: influence française; relations triangulaires Brésil-Etats-Unis-France; militaires et politique étrangère.

Introdução

Esse artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa encetada a partir de outubro de 2007. Analisam-se três pontos das relações internacionais do Brasil durante o período 1930 a 1964, tendo em foco as relações bilaterais entre a França e o Brasil. Primeiramente, trata-se da questão da influência estrangeira no Exército brasileiro, já salientada por Manuel Domingos; em segundo lugar, a política externa francesa em relação ao Brasil durante os primeiros anos da Guerra Fria; por fim, tenta-se analisar a concorrência entre os Estados-Unidos e a França no mercado militar brasileiro. Questiona-se a coerência da política externa francesa em relação ao Brasil: sendo esta anterior a 1945, julga-se necessário iniciar a análise dez anos antes. Essa problemática considera os militares como atores da política externa: os aspectos hierárquicos da sociedade militar podem parecer menos relevantes neste artigo, pois o que importa aqui são os cargos ocupados pelos membros da instituição militar num dado momento de suas carreiras. A atuação dos adidos militares se revela capital na elaboração de um projeto de cooperação militar internacional.

Os documentos do Estado francês que servem de base a este artigo encontram-se no Ministério das Relações Exteriores, *Quai d'Orsay*, e são em sua grande maioria documentos dos embaixadores franceses e das secretarias da embaixada. Por outro lado, o material recolhido nos arquivos do ministério da Defesa, *Service Historique de la Défense*, sendo em parte relatórios e dossiês dos adidos militares e do serviço de inteligência francês¹, denotam um forte aspecto ideológico. Após análise do conteúdo dos documentos, percebe-se que a interpretação francesa age como um filtro, reunindo informações úteis para a sua diplomacia. Essa documentação permite trazer uma luz nova aos estudos sobre a política externa brasileira, incluindo atores que até então eram considerados pouco relevantes. Tratando-se de uma cooperação militar que, nos anos enfocados neste estudo, deixou poucos registros nos arquivos, fomos compelidos a ampliar

as fontes, utilizando também memórias e monografias de militares que tiveram atuação estimada importante na construção das relações franco-brasileiras. Pode-se com estes documentos, tentar contornar a perspectiva institucional e política induzida pela leitura de arquivos diplomáticos.

O realce que se dá à França, à Alemanha e aos Estados-Unidos provém de uma escolha própria do autor. Outros países também estiveram presentes no Brasil, e suas atuações podem ser constituídas em objetos de estudo. Porém, o critério de seleção dos arquivos foi o de levar em conta a ação de Estados soberanos cuja atuação oficial teve repercussões sobre a relação entre os militares e a política. Mesmo quando as embaixadas e chancelarias são tomadas como órgãos independentes, procurando conservar seu próprio sistema de funcionamento, pense-se nelas como instrumentos de afirmação do interesse do Estado.

Atualmente diversos estudos salientam a importante concorrência existente entre países europeus e os Estados-Unidos durante o século XX. Esses estudos, com efeito, sublinham aspectos pertinentes ao sistema internacional e as redes de poder que se articulavam em meados do século. Pode-se supor que a concorrência entre a França e a Alemanha, marcante dentro do Exército brasileiro até 1940, tenha criado uma certa dinâmica de intercâmbios entre a Europa e a América do Sul. A atuação de seus respectivos adidos levou ao estabelecimento de redes de conhecimento e de influência. A dinâmica de intercâmbio parece ter diminuído consideravelmente com o resultado desolador da Segunda Guerra mundial para a Europa. O processo de distanciamento do Exército brasileiro com relação aos seus parceiros europeus, se insere num contexto mais amplo, de aproximação do Brasil com os Estados Unidos, dentro do quadro descrito por Gerson Moura de construção de um sistema de poder norte-americano na América Latina². Mas, ainda assim a França entendia participar do processo de decisão internacional, notadamente após a volta ao poder do general Charles de Gaulle, em 1958.

Analisaremos a seguir três instâncias: o declínio da influência francesa dentro do Exército; as tentativas de reconquista do mercado militar brasileiro; a reafirmação da influência militar francesa.

1. Declínio da influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930-1945)

O recorrente apelo dos adidos militares franceses ao passado das relações diplomáticas da França como forma de dissimular a memória oficial sobre os anos de governo colaboracionista, nos leva a desviar a atenção do leitor para os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. No intervalo entre as duas guerras mundiais, a Alemanha e a França proviam a indústria militar brasileira com armas e equipamentos³. O principal objetivo do governo brasileiro era estimular o desenvolvimento da indústria nacional, completando, assim, o projeto de

modernização do Estado iniciado logo após o final da Primeira Guerra Mundial. Contudo uma verdadeira concorrência política e ideológica alimentava a relação entre a França e a Alemanha, o que constituía, naquele momento, uma das dinâmicas do sistema internacional⁴. Os discursos de chefes de Estado franceses e dos principais membros da cúpula militar exaltavam a rivalidade entre as duas nações, consideradas então inimigas hereditárias.

1.1. A opção pela França (1930-1934)

A vitória francesa sobre a Alemanha na Primeira Guerra Mundial reforçou as correntes francófilas dentro do Exército brasileiro, conferindo ao seu discurso maior legitimidade, já que o modelo militar francês se mostrou superior durante a guerra. Não cabe neste artigo tratar mais profundamente das causas que levaram à opção pela França, mas sabemos, contudo que razões políticas e econômicas influenciaram nessa escolha. O tratado de Versalhes (1919), que amputava a Alemanha de seu Exército, retirou-a da cena internacional. Isso permitiu que se enviasse ao Brasil uma missão militar francesa de instrução junto ao Exército (MMF), fazendo da França um parceiro privilegiado. Dentro de um período de vinte anos o Exército francês vendeu ao Brasil armas e equipamentos militares, e enviou instrutores para auxiliar no projeto de modernização do Exército nacional. Completando esse intercâmbio, os melhores oficiais brasileiros estagiaram nas escolas militares francesas recebendo a instrução do Exército considerado neste momento o mais sofisticado⁵. A MMF tinha como principal objetivo manter relações militares e comerciais favoráveis à França, criando uma política de intercâmbios que já dera muitos resultados.

Além de responder a uma lógica de expansão econômica, o acordo assinado em 1919 constituiu uma verdadeira vitória da diplomacia francesa sobre sua rival alemã. Mas a campanha pela conquista do mercado militar brasileiro não se encerraria aí. Ao contrário, um grupo de jovens oficiais pressionava as autoridades militares brasileiras para favorecer o Exército alemão nessa disputa⁶. Eram os chamados *jovens turcos* comandantes da Missão Indígena. Estes haviam estagiado no Exército alemão nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, e exerciam neste momento a patente de coronéis, sendo também bastante influentes. A Missão Indígena foi constituída logo após o final da guerra, e seu nome originou-se em oposição ao projeto da missão estrangeira, que viria a tornar-se a MMF. Ambas fazem parte do projeto de modernização do Exército. Durante os primeiros anos de atuação da MMF na Escola Militar do Realengo houve divergências entre os instrutores franceses e os oficiais brasileiros.

Os missionários franceses tiveram que se esforçar para afirmar sua influência, sempre mostrando aos responsáveis militares brasileiros o interesse em

comerciar com o Exército francês. A disputa entre correntes internas mantinha o Exército dividido. Seria equivocado pensar que os estagiários do Exército alemão se submetiam à escolha de uma Missão Militar Francesa. Mas, ao final, a diplomacia francesa encontrou um forte apoio. Por um lado, a atuação do general Malan d'Angrogne como adido militar brasileiro na França de 1918 a 1921, e como auxiliar do ministro da Guerra Setembrino de Carvalho, em 1923, abriu as portas das escolas militares aos instrutores franceses. A primeira solução encontrada pelo ministro e seu auxiliar, foi de criar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO), em 1920, e possibilitar uma difusão mais ampla das doutrinas, técnicas e métodos franceses. Ante a hostilidade de alguns influentes oficiais germanófilos, e a necessidade de se dar continuidade ao trabalho da MMF, o comando do Exército promulgou um decreto exigindo o comparecimento dos oficiais brasileiros a todos os cursos da Missão Francesa⁷. Pode-se dizer que somente três anos após o início de seu contrato é que a Missão passou realmente a atuar dentro das escolas militares, ou seja, quando foi decidida a extinção da Missão Indígena pelo Ministério da Guerra, em 1923. Esse processo de afirmação da influência francesa contaria com o apoio de um número cada vez maior de oficiais.

Por outro lado, o coronel José Pessoa, comandante da Escola Militar do Realengo de 1930 a 1934, tomou uma série de medidas a fim de adotar o regulamento do Exército Francês. Como defende Jehová Motta:

Antes mesmo de assumir as suas funções [o novo comandante da escola] já conseguira do ministro da Guerra recém-nomeado pelo Governo da Revolução, um aviso que lhe autorizava a 'baixar instruções internas para o bom funcionamento da instrução, da administração e da disciplina, bem como outras medidas de caráter geral.'⁸

Seu incentivo levou à utilização de métodos experimentados no Exército francês para se fortalecer a coesão do corpo de oficiais: reforço do culto aos heróis militares nacionais, vinculando da nação ao Exército⁹; introdução de novas táticas e disciplinas técnicas no currículo escolar. Foi-se aos poucos assimilando os métodos da administração militar francesa¹⁰. Estabeleciam-se vínculos entre a França e o Brasil que pareciam ir além de relações comerciais. A França era encarada como uma referência permanente, um modelo militar. José Pessoa, que se formara na França ao final da Primeira Guerra Mundial, e combatera na divisão blindada francesa, beneficiava-se de um forte apoio político dentro e fora do Exército: sobrinho de Epitácio Pessoa, presidente da república (1919-1922) e senador pela Paraíba (1924-1930), era também irmão de João Pessoa, candidato à vice-presidente da república, cujo assassinato desencadeara o movimento revolucionário de 1930.

Entre 1923 e 1930 mais de 100 oficiais brasileiros incorporaram-se à MMF, e entre 1930 e 1934 cinco classes de oficiais oriundos da Escola de Estado-Maior do Exército foram enviadas a escolas militares francesas¹¹. Contudo, esse efetivo tendeu a diminuir a partir de 1934 com a saída do coronel José Pessoa do comando da Escola do Realengo. Góes Monteiro, ministro da Guerra sob o Estado Novo, entre 1934-1935, e chefe do Estado-Maior do Exército de 1937 a 1943, defensor do modelo militar germânico, diminuiu drasticamente o número de oficiais franceses. Góes considerava que de fato os oficiais brasileiros estavam aptos a transmitir os ensinamentos da Missão, e por isso o efetivo desta não precisava ser tão elevado¹². Ao final de 1934, a missão contaria unicamente com cinco oficiais e nenhum deles com a patente de general. Na Escola Militar do Realengo um único instrutor francês participava das atividades escolares, enquanto as aulas eram integralmente ministradas por capitães e majores brasileiros. Em 1935 oito oficiais compunham a missão, mas seu número estabilizou-se em torno de seis, em 1938. Mesmo sendo renovado duas vezes, o contrato da missão não mais representava a liderança francesa no mercado militar.

Dentre os jovens oficiais brasileiros enviados à Escola Superior de Guerra francesa em 1939, a última classe antes da conflagração internacional, destacam-se João Batista Magalhães, Fernando Sabóia Bandeira de Mello, Hugo Panasco Alvim, Nestor Penha Brasil, Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott e Humberto de Alencar Castello Branco. Muitos deles estagiariam também no Exército estadunidense e participariam da Força Expedicionária Brasileira. Ao longo de suas carreiras esses oficiais fizeram importantes escolhas políticas, que não devem estar diretamente vinculadas com a formação voltada para o exterior. O intercâmbio com forças armadas de outros países oferecia uma perspectiva mais ampla do que deveria ser o papel de um Exército moderno nos moldes norte-americano, francês e alemão. A formação de grande parte do oficialato brasileiro foi fortemente influenciada pelo modelo militar francês. Contudo o abandono da influência francesa se anunciava já antes da guerra.

1.2. A perda do mercado brasileiro (1933-1945)

Ao chegar ao Brasil em novembro de 1948, o adido militar francês, coronel Albert Buchalet reconhece:

Desde 1934/1936 nossa influencia começa a declinar ao proveito da alemã e da italiana por um lado e dos USA por outro. A partir de 1942 fomos substituídos pelos Norte-americanos. Porém a lembrança de nossos oficiais mantém-se viva.¹³

O movimento desencadeado pela Revolução teria forte incidência na política

militar brasileira, e a relação entre os militares e a política estrangeira sofreria importantes mudanças. A grande influência de militares nos rumos da política nacional, permitiu que se fizesse da política de modernização um dos pilares da política externa brasileira. O projeto de modernização, na pauta do Estado-Maior do Exército há dez anos, se consolidara como a principal meta. Para Vargas era necessário preservar o apoio das Forças Armadas e, para isso, responder ao apelo da cúpula superior do Exército, a força mais expressiva. O projeto de modernização das Forças Armadas vinculou-se intimamente ao processo de modernização do Estado. Dessa forma, parte da política externa brasileira foi sendo calculada em função de ofertas mais ou menos interessantes dos correntes europeus e norte-americanos. É interessante notar que, inversamente à Alemanha, à França e à Itália, o comércio de armas e equipamentos militares com os norte-americanos já estava, naquele momento, ligado ao interesse de suas grandes empresas, de forma que a própria embaixada oferecia oportunidade de vendas aos agentes nacionais.

A chegada ao poder de militares germanófilos, como Eurico Gaspar Dutra, Góes Monteiro, Juarez Távora e Estevão Leitão de Carvalho levaria ao enfraquecimento da presença francesa no Exército brasileiro. Não somente por preferirem o modelo militar germânico, mas pela própria tendência nacionalista do governo. Se nos anos seguintes à Grande Guerra parecia difícil manter uma posição favorável à Alemanha, o mesmo não ocorrera nos anos 1930. O rearmamento alemão permitiria o fortalecimento dessas correntes, que, a partir de 1934, tentariam desmantelar a influência francesa.

Em 1932, Adolf Hitler, escudado em um terço dos votos nas eleições nacionais, assumia o poder na Alemanha, prometendo erguer o país ante sua tradicional inimiga. Contudo para transformar a Alemanha numa potência internacional, era necessário ampliar o território nacional conquistando novos espaços e libertando a economia do país. Este projeto seria aplicado no longo prazo. Mais urgente era encontrar mercados onde escoar sua produção industrial, e com esse intuito, a Alemanha dirigiu seus esforços diplomáticos para países como o Brasil e a Argentina, onde além de possuírem uma expressiva população de origem germânica que atuaria como um grupo de pressão interno, muitos militares defendiam o modelo militar alemão.

Os principais responsáveis pela política militar brasileira tinham como objetivo permanente a auto-suficiência industrial do país, sobretudo em termos de produção armamentista. Este projeto incluía a instalação, no Brasil, de um complexo siderúrgico capaz de suprir as necessidades do país em aço, metal considerado então essencial para a modernização da indústria nacional. Ante as enormes necessidades do país e suas dificuldades financeiras, parecia claro a militares, como Góes Monteiro e, Eurico Dutra, e políticos como Vargas, que o

Brasil deveria procurar fornecedores internacionais. A Alemanha parecia a mais apta no momento a responder à demanda brasileira, e, segundo fontes francesas, a partir de 1938 o Brasil receberia os primeiros carregamentos de armas alemãs. As relações com a Alemanha eram facilitadas por mecanismos como o comércio compensado que permitiam a troca de matérias primas por armamentos, pois ambos países possuíam neste momento escassas reservas de papel moeda. Já meses antes da declaração de guerra conjunta da França e do Reino Unido contra a Alemanha, em 1939, o contrato da MMF deixaria de ser renovado. As razões não foram vinculadas unicamente com o sistema de alianças brasileiro. Certamente a escolha pelo apoio alemão veio também da classe política.

Góes Monteiro encarava as forças armadas como a “espinha dorsal da sociedade”. Para o ministro da guerra brasileiro somente uma organização militar poderia disciplinar a sociedade e alcançar o rendimento máximo em todos os ramos de atividade. A Alemanha representava um modelo onde o Exército intervinha diretamente na sociedade promovendo a industrialização do país e agindo como uma instituição política. O projeto de Hitler baseava-se numa valorização da nação através das Forças Armadas, e particularmente uma elite militar. Não era de se estranhar, nesse sentido, que Góes Monteiro seguido de Eurico Gaspar Dutra privilegiassem uma aproximação com o III Reich em detrimento das relações com a Frente Popular francesa.

Com a queda de Paris em junho de 1940, a França perderia contato com o Brasil, o último representante da MMF, coronel Durosoy, deixou o Brasil em princípios de 1941. A impossibilidade de consultar os documentos sobre as relações estrangeiras do governo do marechal Pétain (1941-1944), nos arquivos do Quai d’Orsay, não nos permite tirar conclusões sobre as prováveis relações diplomáticas entre o Brasil e o governo de Vichy¹⁴. Contudo, esse período parece marcar um declínio considerável da influência francesa, sugerindo a perda do mercado militar brasileiro. O distanciamento com relação à França poderia determinar uma aproximação com a Alemanha. Com a crescente ameaça de um conflito europeu, a possibilidade de aliança entre os países do Eixo e o Brasil preocupava o Departamento de Estado norte-americano. Além disso, a aproximação da Argentina com a Alemanha era apreendida como a formação de uma zona de influência nazista na América do Sul.

Os Estados Unidos precisavam do Brasil, naquele momento, para fortalecer sua política pan-americana ante a Argentina, que se aproximava perigosamente da Alemanha. Eles forneciam uma alternativa interessante: mais próximos geograficamente e tendo interesses nas matérias-primas exportadas pelo Brasil, eles poderiam se tornar parceiros promissores. Além do mais, eles tinham todo interesse em constituir um bloco de poder no continente americano onde pudessem

exercer pressões e influências, concorrendo com seus tradicionais rivais europeus. Entretanto, a indústria norte-americana não conseguia responder à demanda brasileira em material bélico, pois estava ocupada com o armamento de seu próprio Exército e a questão do alinhamento brasileiro ficou pendente entre os dois países por mais um ano.

Desde 1941 as relações com a França e o Reino Unido estavam difíceis, os submarinos alemães, U-Boot, protegiam as rotas marítimas do Atlântico Norte, impedindo a livre circulação de navios. Era normal nesse sentido que o Brasil voltasse sua atenção para seu próprio mercado, e para as relações com os vizinhos do norte, sem romper os tradicionais laços com a Alemanha. A condição para que o Brasil declarasse guerra ao Eixo era o apoio financeiro estadunidense. As perdas marítimas da Alemanha no início de 1942 condicionaria o bloqueio a este país, completando a estratégia preconizada por Londres. A principal consequência para o Brasil e as repúblicas sul-americanas foi o rompimento dos últimos laços comerciais com a Europa.

A III Reunião de Chanceleres Americanos de 1942 viria esclarecer as posições brasileiras e latino-americanas. Vargas e seus representantes militares aceitariam a assinatura de um acordo de cooperação militar, prevendo a criação da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos (CMMBEU), que funcionaria tanto no Rio de Janeiro quanto em Washington. No Brasil, o representante do Exército Brasileiro era o general Cristóvão Barcelos, nos EUA, a mesma função era exercida por Leitão de Carvalho.¹⁵ Também estava previsto neste acordo o envio de tropas brasileiras para o conflito, em troca de equipamentos militares e capitais necessários para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. O acordo ia além, prevendo uma formação especializada para os melhores oficiais brasileiros nas três principais escolas militares do país: Fort Gullick, Fort Leavenworth, e National War College. Segundo Svartman, o processo de americanização do Exército brasileiro se consolida à partir deste momento¹⁶. Embora a formação técnica se realizasse em parte nos Estados-Unidos, a totalidade dos oficiais engajados nestes estágios possuía grande cultura militar francesa e alemã. O declínio destes dois países foi político, mas, suas influências culturais e militares permaneceram vivas, transmitidas, sobretudo pela geração de oficiais formados sob a égide da Missão Francesa e da influência alemã. É inegável que os estágios nos Estados Unidos objetivavam a mudança de um modelo de guerras francês para um modelo norte-americano e alemão de guerra de movimento. Contudo, não podemos perder de vista que os Estados Unidos possuíam pouca experiência em matéria de guerras internacionais, e baseavam-se, portanto, em textos e regulamentos alemães e franceses, particularmente com relação ao emprego de grandes unidades táticas.

Durante esse período, o Brasil esteve longe de ganhar em todos os aspectos

na sua aliança com os Estados Unidos, viu-se isolado da Europa, tendo que se voltar para a América do Sul e para a formação de seu próprio mercado interno. Além do que, as proposições norte-americanas estavam ligadas à cessão de armas e equipamentos, e não à formação de uma indústria nacional autônoma. O que, em longo prazo, levaria a uma total dependência do Brasil com relação a indústria bélica norte-americana. Encetava-se o ciclo de dependência do Exército brasileiro com relação aos Estados-Unidos: eram fornecidos equipamentos de substituição, assistência técnica e formação de técnicos em estabelecimentos de ensino superior estadunidense. Mas, em algum momento, foi viabilizada a criação das estruturas necessárias para a formação de técnicos, de equipamentos e de armas em solo brasileiro.

Enviando as tropas brasileiras no teatro de guerras europeu, os Estados Unidos permitiam o fortalecimento das forças aliadas no sul da França e no norte da Itália. Dessa forma, romper-se-ia o eixo Berlim-Roma reforçando a frente aberta ao oeste e tanto reclamada por Stalin. Enquanto os Aliados progrediam a passos firmes e lentos, a União Soviética libertava quase toda a Europa do Leste. Com o fim da Segunda Guerra mundial, os Estados-Unidos e a União Soviética apareciam aos olhos dos observadores internacionais como os grandes vencedores. Sem dúvida alguma a derrota francesa, seguida da alemã e da italiana beneficiaram muito mais aos interesses norte-americanos que brasileiros. Além de significarem a derrota de um modelo militar considerado eficiente e sofisticado, a vitória dos Estados-Unidos e da União Soviética simbolizava o início de um novo ciclo do sistema internacional. A Europa estava em ruínas, a economia francesa sofria problemas gravíssimos e a Alemanha perdera inteiramente sua soberania tornando-se zona de jurisdição internacional, dividida entre a França, os Estados Unidos, o Reino Unido e a URSS. Estava claro que daí em diante, Alemanha e Itália estariam fora do jogo diplomático, e que a França teria dificuldades para inserir-se no mercado internacional, deixando assim o caminho livre para a mais nova potência americana.

Mesmo com todas as dificuldades econômicas do momento, o ministério das Relações Exteriores francês pretendia recuperar sua posição anterior à guerra. Isso se traduzia no caso brasileiro por uma tentativa de reativar a rede de conhecimentos e de influências francesas.

2. As tentativas de reconquista do mercado militar brasileiro (1945 – 1957)

A observação dos relatórios do Itamaraty de 1945 a 1949 mostra, entretanto, que a França está longe de figurar entre os países com os quais o Brasil mantém relações comerciais e diplomáticas frequentes. A representação diplomática francesa no Brasil é uma das mais reduzidas, sendo equivalente a da China e

contando com apenas onze agentes consulares ao final do governo Dutra. Essa apatia da diplomacia francesa no Brasil é devido ao interesse cada vez maior na política européia: antes de começar uma política de expansão comercial, a França precisava afirmar suas posições políticas ante a Alemanha e assim tranquilizar seus parceiros europeus¹⁷.

O frágil equilíbrio, instaurado em Yalta, parecia se desfazer, deixando lugar às zonas de influência, prefigurando o que seria a Guerra Fria. Esta se manifestava na esfera global, opondo os Estados Unidos e a União Soviética numa concorrência armamentista, política, ideológica e militar.

Entretanto, um tal sistema de interpretação nos parece demasiadamente oblíquo, já que sabemos que tanto os Estados quanto a União Soviética tiveram que fazer concessões aos seus projetos de expansão internacional. Com efeito, até 1950 creia-se ainda na possibilidade de uma terceira guerra mundial, e nesse aspecto, o Brasil não era exceção. Entretanto, os relatórios dos adidos e embaixadores franceses no Brasil deixam bem claro que, mais importante do que a penetração soviética, era o rearmamento alemão. O Brasil que se posicionara dentro do “hemisfério ocidental”, não se alinhava incondicionalmente às posições norte-americanas. As relações entre os dois países eram essencialmente pragmáticas, respondendo a exigências tanto brasileiras quanto estadunidenses. No contexto de guerra fria, tanto o Brasil quanto a Argentina ocupavam um lugar importante. Este por seu domínio sobre o estreito de Magalhães, considerado a porta de saída do continente Americano para a Ásia; aquele devido à sua proximidade com a África, considerada uma região explosiva, especialmente após a eclosão dos movimentos de libertação nacional pouco depois do final da II Grande Guerra. Sendo assim, dentro do “bloco de poder ocidental”, a coerência de interesses entre os países europeus e os Estados Unidos parecia comprometida.

Outro aspecto que reforça a idéia da apatia francesa são os conflitos militares na Ásia, contra o Vietnã (1945-1954), os problemas políticos na África com o Marrocos e, sobretudo a guerra de independência da Argélia. Era a França, o país a enfrentar os conflitos de descolonização somados aos da guerra fria. Para que a diplomacia francesa se tornasse mais ativa seria necessário terminar rapidamente com essas duas guerras e restaurar um certo equilíbrio interno, a fim de iniciar uma política de expansão. Porém esse momento só chegaria com o final da IV República (1946-1958).

2.1. Dissensão diplomática: a França e os EUA no Brasil (1945-1952)

A estratégia da diplomacia brasileira consistia em utilizar a concorrência entre as diferentes potências para obter a oferta mais atrativa. Durante o período entre as duas guerras, esse comportamento era possível devido às relações bilaterais

estabelecidas com diferentes países. Logo após a guerra, e embora fosse necessário buscar alternativas à relação de dependência com os Estados-Unidos, o Brasil não dispunha de um leque de escolhas tão amplo. O acordo assinado em 1942 permitiu a constituição de uma missão militar estadunidense, particularmente influente na marinha de guerra, mas agindo nas três forças. O que o ministro da Guerra esperava era que os Estados Unidos se substituíssem a MMF, garantindo assim uma ampla formação para os oficiais brasileiros e uma expressiva assistência no projeto de modernização das forças armadas. Contudo, o Departamento de Estado esquivava as propostas brasileiras, pois o que interessava a diplomacia norte-americana era a riqueza do solo brasileiro, e as jazidas de urânio e de minerais radioativos utilizados na fabricação da bomba atômica.

Em 1939, a empresa francesa, *Société Minière et Industrielle Franco-Brésilienne de Paris*, obtivera os direitos de extração e compra de minerais estratégicos tais como a monazita e a ilmenita, encontradas em Minas Gerais¹⁸. Com as dificuldades de transportes até o porto de Vitória, a entrega levou mais de nove meses e só chegaria ao Espírito Santo no mês de junho de 1940. Quando os ditos minerais chegaram ao armazém da empresa, a França, já em guerra contra a Alemanha, fora invadida e ocupada. Por conta da guerra, o carregamento foi deixado em Vitória, esperando que seu proprietário fosse retirá-lo. Com a assinatura do armistício e a criação do governo do marechal Pétain (1941-1944), a França surgia como uma aliada de Hitler. Durante o ano de 1941, os minerais estratégicos foram objeto de ásperas negociações com os Estados Unidos, que, além de alegarem que a empresa compradora pertencia agora a um país inimigo e não poderia, portanto, beneficiar-se de oferta tão atrativa da parte do governo brasileiro, pressionava Vargas para mudar a legislação brasileira quanto à exploração mineral¹⁹.

Vargas optou pela solução mais drástica e retomou posse dos minerais radioativos, deixando a empresa franco-brasileira com um importante déficit financeiro. Sem dispor de adidos ou mesmo representantes oficiais no Brasil, a França não protestou. Entretanto a Sociedade Monazita e Ilmenita do Brasil Ltda ficou devendo 500 toneladas de monazita e 500 toneladas de ilmenita à empresa francesa que acabava de descobrir uma das maiores fontes desses minerais na América Latina²⁰. Com o final da guerra, o Ministério das Relações Exteriores pretendia evidentemente recuperar as toneladas de minerais estratégicos, desta vez revendidas aos Estados Unidos. Os minerais estratégicos se tornariam então o maior problema diplomático entre a França e o Brasil durante a década de 1940, só seria resolvido em 1962.

O urânio e a bauxita também atrairiam a atenção de franceses antes que os norte-americanos se interessassem por eles, mas, como parecia já ser praxe, estes últimos obtiveram a concessão do direito de compra. A iniciativa de contatar o adido

francês fora dos próprios cientistas brasileiros, que desde 1938 estavam em contato com a Universidade de Paris, onde se desenvolviam as pesquisas sobre radiação e energia atômica. A reação francesa tardou tempo demais, o suficiente para que se desdesse as negociações com os Estados Unidos. Aos três adidos militares que se adicionavam à Missão Militar Francesa antes da guerra, substituiu-se um único, representando as três forças, a partir de 1945. Com essa considerável redução do pessoal diplomático, quase todas as ocasiões de compra e venda para o Brasil eram aproveitadas pelos Estados Unidos.

O coronel Meyrand, primeiro adido francês no Brasil após a guerra (1945 – 1948), entra diretamente em contato com a Escola de Minas de Ouro Preto e com empresas francesas de mineração instaladas no Brasil. Os contatos com os empresários franceses refugiados no Brasil, particularmente Petrus Bernard, antigo administrador da empresa *Péchiney* de exploração de bauxita, foram pouco conclusivos. Bernard explorava desde 1940 as jazidas de minério em Minas Gerais e, no entanto, sua empresa encontrava dificuldades para exportar a produção, o que o levou, segundo afirmação do adido, a ampliar suas fontes minerais e investir também na extração de minerais radioativos. A assinatura do contrato de exclusividade com os Estados-Unidos foi uma forma de contornar as dificuldades da empresa durante a guerra.

Ao chegar a Ouro Preto, Meyrand foi informado da descoberta de berílio e de urânio em Brejauda e Engenho Central, no estado de Minas Gerais. Para obter a concessão da compra era necessário obter uma resposta rápida do Quai d'Orsay²¹. Quatro meses separam as datas de assinatura do relatório do adido, da pasta diplomática do embaixador, até o ser enviado para o parecer da Comissão para as Questões Atômicas que o assinou²². Mais uma vez, a lentidão de circulação de informações dentro do ministério francês devido a um corpo diplomático demasiadamente reduzido, e a reação pouco interessada do ministro as Relações Exteriores, Georges Bidault, inviabilizaram essa iniciativa. Em contrapartida, durante o mesmo período, a embaixada Norte-americana contava com um especialista de questões atômicas instalado diretamente no Rio de Janeiro. Preocupado com a aproximação militar do Brasil aos Estados Unidos, em 1947, no momento de assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), e, sobretudo com o vazamento de informação tão sigilosa, Meyrand contava com a aplicação da legislação brasileira para evitar a entrada dos Estados Unidos nesse negócio e a perda dos materiais estratégicos. Meyrand adverte em 1947:

O Berílio é a matéria-prima necessária para a fabricação da bomba atômica ou de todas as outras energias atômicas (...) Ele se encontra à frente dos problemas técnicos e industriais do dia, sobretudo no domínio político-econômico internacional, e

em caso de conflito pode garantir uma posição preponderante aos seus detentores.²³

Em 20 de agosto de 1948, o diário *O jornal* informou o resultado das iniciativas francesas, com a manchete “A denúncia que o Senador Roberto Simonsen não teve tempo de fazer. Toneladas de urânio saem do Brasil a preço de areia”. O urânio foi trocado por trigo, e saiu do porto de Santos em estado bruto sem que houvesse fiscalização. O adido francês reuniria outros artigos, conservados no SHD, que colocam em evidência a ineficácia da diplomacia francesa.

O caso dos minerais teve grande repercussão junto à diplomacia francesa. As séries de arquivos dedicadas aos minerais estratégicos revelam o interesse de industriais e a decepção dos representantes do governo francês que só veriam o Brasil conceder a França direitos de extração e experimentação em 1962. O que eles mostram igualmente é que houve uma guinada na política francesa a partir deste episódio. Ministro das Relações Exteriores e arquiteto da Comunidade Econômica Européia, Robert Schumann nomeia Albert Buchalet adido militar no Brasil (1948 – 1951). Buchalet se destacara por participar do projeto de desenvolvimento da energia atômica na França e foi enviado para corrigir o erro anterior. Porém ele assinalaria, não sem certa amargura, alguns meses depois de assumir o cargo: “Após ter se substituído à nossa missão há mais de vinte anos, os Estados Unidos possuem uma posição militar aparentemente muito sólida”²⁴.

As dificuldades francesas apareciam ainda mais claras no relatório do general André Normand adido militar de 1955 a 1958. Escrevendo ao embaixador francês no Brasil em 1958, ele alega que somente “após longas e trabalhosas negociações comerciais, a firma francesa Morane-Saulnier (...) obteve a encomenda de 30 aviões MS-760”. Embora a demanda do Exército brasileiro estivesse em alta, o Estado não dispunha do capital necessário para investir em material bélico, portanto era preciso que a empresa interessada aceitasse fazer concessões. O Reino Unido teve que negociar as vendas do *Gloster-Meteor* em troca de trigo, sabendo que a dívida do Brasil na praça de Londres era de mais de 60 milhões de dólares. Os Estados Unidos por outro lado forneciam equipamentos usados a baixo custo. Mas a França somente poderia vender ao Brasil se aceitasse fornecer, a exemplo desses dois países, boas oportunidades e alguns modelos para ensaios. As empresas francesas *Dassault* e *Sud Aviation* não aceitavam tais propostas. Entre 1945 e 1960, a indústria bélica francesa estava muito mais ocupada em equipar o seu próprio Exército do que com o mercado de armas latino-americano. A dificuldade de negociação entre os dois países só aumentava as oportunidades estadunidenses. Mas, o interesse norte-americano não estava unicamente no mercado de armas. Estas serviam, sobretudo para determinar o preço dos minerais brasileiros. O que o diário brasileiro não anunciara é que poucos meses anos, o TIAR previa a assistência técnica e militar

dos Estados Unidos. Esse avanço no projeto de modernização do material das forças armadas, pesou na hora de comercializar as toneladas de urânio.

A afirmação de André Normand revela, de forma pouco explícita, o que parecia evidente aos seus olhos: era necessário encontrar outras formas de reconquistar o mercado brasileiro. Para o adido francês o antigo prestígio francês junto às elites brasileiras poderia ser uma excelente maneira de concorrer com os Estados- Unidos. Os objetivos mercantis dos oficiais franceses no Brasil só poderiam ser atingidos através de um longo trabalho de estudo do mercado brasileiro. Tal esforço requeria um investimento de longo prazo em homens e capital. Os arquivos do Quai d'Orsay e do Service Historique de la Défense colocam em evidência esse trabalho de estudo e análise da situação latino-americana: a maior parte dos memorandos e relatórios tenta reconstituir o capital de conhecimento perdido.

Durante os anos 1948 a 1954, a França aceitou, com certo desconforto, a liderança de Washington. Esta só foi admitida com a saída do general de Gaulle do poder em 1947 e a formação da Quarta República sob os moldes do parlamentarismo. Foram anos difíceis: os partidos franceses de direita pareciam desmoralizados com a fulminante derrota do modelo político-militar de Vichy, enquanto tendências liberais e de esquerda se afirmavam dentro do aparelho de Estado. Ao inimigo fascista e autoritário da Segunda Guerra, substituíram-se inimigos comunistas e socialistas. Seria somente após a guerra da Coreia e ao final da guerra da Indochina, é que começaria a mudar tanto a atitude francesa quanto a brasileira nos domínios da política estrangeira.

2.2. A aproximação militar (1958 – 1964)

As diretivas do adido militar francês no Brasil mudariam substancialmente entre 1952 e 1958. A missão normal do adido até então era de:

vigiar as colônias estrangeiras e particularmente o apoio oferecido aos movimentos nacionalistas existentes em nosso Império; a utilização por outras potências dos recursos brasileiros; as atividades de outros países podendo interferir nossa própria ação; toda atividade relativa à nossa Guiana ou à nossas bases militares africanas (Dakar em particular)²⁵.

Os objetivos da diplomacia militar francesa no Brasil estavam pautados por uma estratégia comercial diretamente vinculada ao seu império colonial. O caso africano é particularmente importante já que Natal está a menos de 3000 milhas marinhas de Dakar, capital do Senegal, principal colônia francesa na África negra. As diretivas não respondiam a um projeto para a expansão francesa no Brasil. Tendo como referência a África, o Brasil tornava-se unicamente um ponto de apoio na

retaguarda. O posto diplomático do Rio de Janeiro perdeu seu interesse puramente militar, os oficiais para lá enviados não eram os mais brilhantes, que tinham carreiras promissoras na França. Ao contrário, o cargo no Brasil representava um pequeno passo na carreira militar. Ademais, a guerra de Indochina atingia seu auge neste mesmo ano, e apesar do pouco investimento político-militar no Sudeste asiático, é importante salientar a importância deste conflito para o desenvolvimento de uma doutrina francesa inovadora.

Com o fim da guerra da Indochina, um grande número de oficiais foi liberado de suas missões na Ásia e começam a afluir para outras secretarias do Ministério da Defesa. Seria o caso, particularmente, de André Normand, adido militar no Brasil de 1955 a 1958, e de Henri Lemond, seu sucessor de 1958 a 1961. Ambos provêm do corpo de oficiais coloniais engajados na Indochina, e pareciam convencidos do sucesso da doutrina francesa. Para eles, como para bom número de oficiais, a derrota na Indochina tinha causas essencialmente políticas: dera-se pouca atenção ao conflito e, por conseguinte pouco se investira.

Normand deixou poucos registros nos arquivos militares. Seus comentários são escassos e seu documento de trabalho é um relatório sobre as iniciativas políticas e comerciais francesas no Brasil. Segundo sua análise toda ação no Brasil devia ser combinada a uma propaganda política capaz de recuperar a confiança das elites militares brasileiras na França. Embora seja um documento de cunho colonialista, desperta interesse por contribuir para a compreensão do interesse comum entre o Exército, representado pelo general, e o ministério das Relações Exteriores, representado pelo adido. O intuito da propaganda política seria influenciar as decisões de uma pessoa ou de um grupo ao qual ela se destina. A ação psicológica, fundamento da propaganda política, colocava em prática todos os meios de informação disponíveis para difundir uma determinada doutrina, criando dessa maneira um movimento de opinião capaz de suscitar uma decisão. A propaganda tinha por objetivo assegurar o sucesso de uma teoria ou de uma doutrina. No caso francês tratava-se de diferentes percepções estratégicas vinculadas a um novo tipo de guerra.

Normand conhecia o interesse brasileiro pelo pensamento militar francês, mas o atribuía à herança da Missão Militar Francesa. Nos relatórios que deixou, encontram-se anotações e observações minuciosas sobre os problemas brasileiros, as dificuldades de compra, o relacionamento difícil com os adidos precedentes e a presença esmagadora dos Estados Unidos. Fazendo o balanço de sua atuação na embaixada, ele observou em julho de 1958:

No tocante à difusão escrita do pensamento francês, nosso esforço é notável e já nos traz resultados. Nossas revistas militares são muito apreciadas e têm diversos artigos reproduzidos em revistas brasileiras (...) Há dez anos, o Posto

de Rio de Janeiro distribuía 5000 revistas e publicações militares e técnicas. Como consequência da supressão dos créditos disponibilizados pelo Ministério da Informação, esse número passou a 250 em média. Hoje em dia, se este número subiu a 2000, eu penso que nós poderíamos fazer ainda melhor.²⁶

Ele seria o primeiro adido a deixar uma ampla documentação de trabalho para seus sucessores na embaixada, procurando criar uma coerência na política externa francesa. Suas considerações levariam o tenente-coronel Henri Lemond a observar em seu primeiro relatório anual:

A mediocridade da contribuição intelectual dos Estados Unidos é sensível na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, que, querendo apropriar-se de qualquer doutrina válida, só encontrou em definitivo uma série de procedimentos na bagagem que lhe foi oferecida²⁷.

Esta afirmação do adido francês, em seu relatório anual ao ministro da Defesa Nacional, contradiz boa parte dos estudos realizados até agora sobre as relações Brasil-Estados Unidos. Certamente, neste momento, a contribuição ‘intelectual’ norte-americana não correspondia às exigências brasileiras, a compreensão da guerra fria como um conflito global, entre dois blocos, além de colocar o Brasil inteiramente na esfera de influência estadunidense, não integra as Forças Armadas nacionais no contexto internacional, relegando os militares brasileiros à um papel de segundo plano nos projetos estadunidenses. Porém, a formação militar nas escolas militares norte-americanas permitiu a formação de uma doutrina tipicamente brasileira, fruto da aliança dos valores franceses, alemães e norte-americanos. Diminuir o impacto de influência norte-americana equivale a valorizar a francesa. Entretanto, a concorrência com os Estados Unidos mudaria progressivamente para uma coexistência e uma divisão tácita de competências. A França tinha dificuldades em oferecer as mesmas oportunidades de compra ao Brasil e os Estados Unidos não ofereciam uma doutrina de guerra apropriada ao teatro de operações brasileiro. Neste aspecto o tenente-coronel Henri Lemond se mostra muito mais lúcido afirmando:

Devemos ter consciência de que os interesses franceses e norte-americanos são solidários. Tentar arruinar dissimuladamente a influência militar norte-americana não haveria de ser uma atitude realmente aproveitável. Seria, além disso, travar uma luta desigual, dada a desproporção dos recursos disponibilizados pela França e pelos Estados-Unidos. Parece mais oportuno se limitar a apreender a ocasião de defender os interesses franceses²⁸.

O que o adido dizia aos seus superiores ia além de uma cooperação técnica. O esforço desempenhado pelos adidos militares franceses para influenciar uma certa elite militar que convinha conquistar a confiança, não era dirigido contra uma suposta ameaça comunista, seu objetivo era sim, concorrer com os Estados Unidos. O Exército francês aparecia novamente como um modelo, mas desta vez, contrariamente à Primeira Guerra Mundial ou à Segunda para os Estados Unidos, a doutrina francesa baseava-se numa profunda reflexão sobre as causas da derrota na Indochina. Aos olhos das testemunhas desta tragédia militar, que abalou tanto governo vietnamita quanto para o Exército francês, a principal da causa da derrota foi a impopularidade das Forças Armadas francesas. Parecia mais do que necessário aos oficiais do Exército, em particular, que uma forte propaganda política fosse aplicada sobre a população, relacionando conquista militar e ideológica, veremos mais adiante alguns dos principais aspectos da reflexão francesa sobre esse novo tipo de guerra.

O projeto político do presidente Charles de Gaulle (1958 – 1968) se estendia ao médio prazo e deve ser aplicado em todas as áreas de excelência francesa. Portanto é necessário conhecer extremamente bem o que a França e seu Exército podiam oferecer assim como as principais carências do Brasil e suas Forças Armadas. Para concorrer com os Estados Unidos era preciso estudar sua política externa e explorar seus limites. A partir de um amplo estudo da presença norte-americana no Brasil e das possibilidades políticas e econômicas deste é que André Normand e seu sucessor na embaixada, Henri Lemond, poderiam propor um projeto de expansão francesa no Brasil. Segundo suas observações, resumidas em dois relatórios sobre as possibilidades militares e estratégicas brasileiras, Normand concluiu que a França deve estar presente nos domínios em que os Estados Unidos eram medíocres.

3. A reafirmação da influência francesa dentro do Exército brasileiro

André Normand salienta em sua análise sobre a emergência do projeto de Defesa do Atlântico sul em 1958:

Atualmente a América Latina inteira esta sendo percorrida por uma onda de nacionalismos que se traduz sobretudo pelo desejo de se libertar do jugo econômico do colosso norte-americano e que tem por conseqüência de chamar a atenção desses países para a Europa, onde a França recuperou seu lugar de grande nação ; essa tendência esta particularmente visível no que concerne o Brasil²⁹.

O adido se preparava para deixar seu cargo e transmitindo-o ao tenente-coronel Henri Lemond. Para ele parecia claro que tirar proveito do não alinhamento

político de países latino-americanos equivalia a valorizar as relações da França com esses países. Na introdução de seu relatório anual pode-se perceber o entusiasmo do adido com relação à chegada do general de Gaulle ao poder em maio de 1958. Embora a notícia do “putsch” do general de Gaulle ser acolhida com pouco entusiasmo na imprensa brasileira, o golpe de 1958 levaria a uma mudança substancial com relação a atitude dos militares brasileiros. Enquanto nos Estados Unidos os militares tinham pouca relevância política, e não se aparentavam deste modo ao *ethos* militar brasileiro, os militares franceses se dedicavam plenamente a realização de um novo projeto político. Além do que, desde a crise de Suez, onde os interesses britânicos, franceses e estadunidenses se desvincularam completamente, a França tentava buscar uma alternativa a influência norte-americana em seu próprio país. Foi necessário um passo para que as embaixadas recebessem circulares informando da mudança de atitude a adotar. Lemond se mostrou fiel aos princípios anunciados por seu predecessor, tentando criar relações com militares brasileiros nacionalistas, valorizando a penetração ideológica da doutrina francesa. Devemos salientar que o contexto brasileiro e latino-americano estava favorável à sua introdução.

Os militares assumiam papéis preponderantes em diferentes países, isto ocorreu notadamente na Argentina, na Bolívia e no Paraguai. A aplicação do plano CONINTES na Argentina revela, segundo Gabriel Périès, a adaptação pelo Exército argentino do modelo francês de guerra revolucionária antes da letra³⁰. Vejamos então alguns aspectos da doutrina francesa. Quando nos referimos aos militares, devemos antes de tudo levar conta todos os aspectos relacionados à defesa nacional: sua missão é definida em função de seu inimigo, e, por conseguinte, o militar não pode ser desvinculado da representação deste. O que a doutrina de guerra revolucionária oferece de inovador esta então relacionada a representação da função dos militares na afirmação de um projeto político coerente. Para os militares franceses que combateram no Vietnã, a URSS estava longe de ser o principal inimigo, este estava dissimulado dentro da população sob a forma dos combatentes *vietminhs*, e eram vistos como inimigos internos e não externos. A guerra da Indochina (1945-1954) não foi uma guerra entre dois Estados soberanos, mas entre uma metrópole e sua colônia, onde esta última tentava organizar-se como Estado independente. Este aspecto é fundamental, pois estrutura completamente a forma de racionar dos oficiais franceses responsáveis das escolas de comando e Estado-Maior. Essa forma de encara o inimigo seduziria grande parte de oficiais latino-americanos. Veremos a seguir como essa doutrina foi difundida e pode entrar no projeto de expansão francesa na América Latina.

Na Argentina onde a França encontrara um grande campo de aplicação de suas doutrinas, se passaria o inverso do que ocorrera no Brasil. Relativamente

mais independente dos Estados Unidos, a Argentina optou por uma cooperação militar com a França e a Inglaterra, esquivando assim a política de expansão norte-americana. Não pode fazê-lo totalmente, já que o Brasil mantinha uma forte relação com os Estados Unidos e constituía um elemento fundamental da política pan-americana. O intercâmbio entre a França e a Argentina foi forte e consolidou uma política de cooperação profunda e duradoura. Enquanto lá a França transmitia técnicas, métodos e doutrinas vinculadas a seus equipamentos e tecnologias, no Brasil o processo de difusão da doutrina seguiria um outro caminho. O mercado de armas e equipamentos era quase uma exclusividade das empresas norte-americanas. Esse “controle” estadunidense dificultava o trabalho dos adidos militares franceses, que para contornar essa dificuldade elaboraram uma política de expansão comercial baseada no prestígio e no passado das relações franco-brasileiras.

3.1. O sucesso da doutrina francesa

Na Biblioteca do Exército 60% dos volumes tratando da arte da guerra são de origem francesa, seja em francês ou traduzidos para o português. [...] Em recente número do Boletim de Informação do Ministério da Aeronáutica, nove artigos sobre 15 provinham de publicações francesas: *Revue Militaire Générale*, *Revue de Défense Nationale*, *Forces Armées Françaises*.³¹

Sem dúvida alguma, essa afirmação não corresponde a realidade dos fatos. Podíamos, com efeito, constatar a proeminência dos escritos franceses sobre tática, estratégia e comando durante grande parte do período entre as duas guerras mundiais. Contudo, após 1945, o número de livros norte-americanos aumentaria consideravelmente. Devemos entretanto observar outro aspecto dessa afirmação, as revistas militares. Pode-se encara as revistas, com seus conselhos editoriais, seus distribuidores e leitores de dois pontos distintos. O conselho editorial é um lugar de sociabilidade, onde se debatem ideais, ideologias e doutrinas, onde se discute sobre a política nacional e a declaração de tal ou tal ministro. Podemos dizer que, além de difundirem artigos específicos a uma população dada, a revista cria uma comunidade de pessoas compartilhando idéias e pontos de vistas. Lá se consolidam grupos. O mesmo ocorre com as revistas militares. Antes de serem divulgados, os artigos são lidos, analisados, comentados e traduzidos. Os editores efetuam um verdadeiro trabalho de adaptação da idéia do artigo ao seu leitor, que muitas das vezes, se eles o desconhecem, sabem de qual categoria social ele provém.

O índice das revistas citadas acima revela um grande número de artigos dedicados à guerra psicológica, à guerra da Indochina e um número especial da *Revue de Defense Nationale* dedicado unicamente ao estudo da guerra revolucionária.

Reunidos na categoria “*généralités*” da *Revue Militaire d'Information* de 1957, pode-se observar 13 artigos tratando diretamente deste tema, 56 dos quais dedicados a assuntos próximos ou similares, e cerca de quinze livros e revistas publicadas e distribuídas em diferentes países. A *Revue de Défense Nationale* e a *Revue Militaire d'Information* são particularmente importantes, pois além de serem distribuídos oficialmente pela embaixada francesa, seus autores são teóricos da guerra revolucionária e comandantes das escolas de Estado-Maior francesas.

Desde de 1953, o coronel Jean Nemo, especialista na guerra psicológica na Indochina, publicava alguns artigos dedicados à guerra revolucionária e à arma psicológica. No ano seguinte, Charles Lacheroy publicou dois outros artigos respectivamente na *Revue de Défense Nationale* e na revista do *Centre Militaire d'Information et de Spécialisation pour l'Outre-Mer*, enquanto o comandante Jaques Hogard, também especialista em guerra revolucionária, publicava três anos depois um importante artigo de síntese sobre o assunto na mesma revista. Os volumes difundidos pela embaixada francesa correspondem aos anos 1956 e 1957, período de maior desenvolvimento teórico e prático da guerra revolucionária na Argélia. Além desses artigos de revistas militares, encontramos citados nos índices destas revistas diversos livros puramente doutrinários, como os que citamos a seguir:

“La guerre révolutionnaire”, pelo comandante Jacques Hogard, *Revue de Défense Nationale* (Dezembro 1956, janeiro – 1957); “La révolution en Algérie”, por R. Schaefer, em *France-Empire*; “Contre-Guérilla” de P. Rolland, edições Lauvois; “La Chine du nationalisme au Communisme”, J-J Brioux, Edições du Seuil; “L'étoile contre la croix”, de R.P. Dufay, edições Casterman; “La victoire de l'armée sur la guérilla communiste”, por J. Denfreville, *Revue de Défense Nationale* (Outubro - novembro 1955); “La guerre en Indochin”, de Général Chassin, *Revue de Défense Nationale*; “Le vietminh et la guerre psychologique”, por Yvonne Pagniez, edições Du vieux Colombier.

A maior parte desses artigos cita ou se baseia nos escritos revolucionários comunistas, tais como *O que fazer?* de Lênin (1902), *A revolução bolchevique* de Trotski: (1918), *Problemas estratégicos da guerra revolucionária na China* de Mao Tsé Tung (1936) e alguns escritos do general vietnamita Võ Nguyen Giáp (1956). As sucessivas citações e deformações nesses textos tinham por objetivo afirmar e legitimar o pensamento militar francês: na verdade parecem reproduzir os ensinamentos da *Ecole Militaire Spéciale de Saint-Cyr* e da *Ecole Supérieure de Guerre* de Paris. O Exército francês adotava a guerra revolucionária como doutrina oficial, incorporando seus métodos e suas táticas. Seus teóricos designavam a nova teoria com o nome do problema que desejavam combater: a revolução. E como combatê-la? a resposta, dada no editorial da revista por Charles Lacheroy é o controle da população e sobretudo da circulação de informações dentro dessa

população. Para ele, parece claro que atividades policiais e militares se confundem. Não podemos confundir polícia e Exército, mas temos que convir que a doutrina francesa pregava antes de tudo a utilização policial dos militares para manter sobre controle a população.

O combate entre o Ocidente e o “mundo soviético” se repercute no coração dos Estados. A corrida armamentista, acelerada desde 1947, deixa de lado os países da América Latina, já que não dispunham de uma capacidade de produção tão elevada quanto a Europa, os Estados-Unidos e a União Soviética. A guerra revolucionária aparecia aos olhos de militares franceses e estadunidenses como o principal meio de intervenção soviética em países periféricos: ele permitia a difusão e propagação do doutrina comunista. E dentro desses países periféricos, era preciso elaborar novas táticas para combater o desenvolvimento da revolução. Inversamente à Guerra Fria, a guerra revolucionária era a representação de uma guerra infinitamente pequena. Esse tipo de guerra se manifestava dentro das engrenagens políticas dos países, ameaçando-os do interior como um inimigo interno. Este tipo de ameaça era susceptível de abalar países da América Latina, da Ásia e da África, assimilando-os a um sistema internacional. O modelo militar francês desenvolvido durante a guerra da Indochina é aplicado na Argélia e responde a uma exigência de prevenção de conflitos, baseada numa reflexão sobre o papel político do Exército. Não era de se estranhar, então, que num contexto de afirmação do Exército como principal força de mobilização do Estado, os militares latino-americanos comprasses a interpretação francesa.

Segundo João Roberto Martins, o *Relatório do Seminário de Guerra Moderna*, de 1958, publicara as recomendações dos Grupos de Estudos reunidos na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), constituídos por oficiais instrutores da escola, no sentido de que se incluíssem no currículo escolar “assuntos relativos à *guerra insurrecional*”.³² Dois anos depois se iniciava, no prédio da Escola Superior de Guerra (ESG), um grupo de estudos específico coordenado pelo coronel Carlos Luis Guedes sobre a guerra moderna. O sucesso do curso daria origem a outros três, ministrados inicialmente por coronéis. O impacto da doutrina francesa estimularia os principais comandantes das escolas militares a continuar promovendo cursos de formação para tenentes-coronéis e coronéis.

Como salientou Henri Lemond em sua entrevista com Odílio Dinis, ministro da Guerra de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a doutrina de guerra revolucionária era a única doutrina capaz de responder às necessidades militares do Brasil. Nesse mesmo ano, seria organizado um novo ciclo de estudos na ESG, em resposta a grande demanda por parte dos jovens oficiais. Os seletos membros desse grupo de estudos avançados sobre a guerra não convencional eram os tenentes-coronéis Ivanhoé de Oliveira, Ovídio Abrantes, Gabriel Borges Fortes

Evangelho, Rubem Rey, João Baptista Figueiredo e Fernando da Silva Abrantes e o major Mário Ramos de Alencar³³. No mesmo ano, abria-se, dentro mesmo ciclo de estudos, o tópico “Caracterizar a Guerra Revolucionária Comunista em relação às chamadas Guerra Fria, Guerra Psicológica e a Guerra Insurrecional, ou subversiva”. Participaram deste grupo de estudos os coronéis Lindolfo Ferraz Filho, Sylvio Couto Coelho da Frota e os tenentes coronéis Joaquim Ferreira Alves e Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, coordenados pelo general de divisão Milton Barbosa Guimarães³⁴. Os cursos da ESG tinham a particularidade de serem abertos tanto para civis quanto para militares, e foi esse um dos principais pontos que permitiu a afirmação da doutrina francesa. Escapando do ambiente unicamente militar, a doutrina foi adotada pelos civis que participavam dos diferentes grupos de estudos, entre eles, Olavo Bilac Pinto.

Com o estreitamento das relações entre o adido e certos oficiais brasileiros, as relações diplomáticas entre o Brasil e a França tomariam outro rumo. Rapidamente, e observando as relações franco-argentinas, os adidos franceses no Brasil se dariam conta que poderiam, através da doutrina, influenciar os militares brasileiros na escolha de materiais bélicos. O próximo passo seria seguir o exemplo norte-americano e relacionar empresas privadas no projeto de expansão francesa na América Latina. Abriu-se aos franceses o mercado militar, com todas suas carências e necessidades. A tática desenvolvida por Normand e aplicada por Lemond encontraria um amplo sucesso, permitindo a inauguração de uma nova fase das relações franco-brasileiras, em que o passado seria valorizado pelos representantes diplomáticos de cada país.

3.2. A recuperação do passado da FEB e da MMF

Constatando a importância da influência estadunidense, o adido francês afirma que “[...] *a cada General que se aposenta é um pouco da influência francesa que se perde*”³⁵. Em grande parte de seus relatórios, são reportadas aos superiores as heranças da Missão Militar Francesa. Esta constitui uma referência constante e uma origem. O tempo, representado aquilo pelo passado, tornava-se um dado substancial nas relações internacionais. Estas não respondem, unicamente, a uma lógica funcional ou construtiva, mas seguem uma certa dialética entre o passado e sua projeção no futuro. A memória militar sobre a MMF está constantemente presente nos relatórios dos adidos ao embaixador salientando a importância do setor militar na política estrangeira da França. O grupo de brasileiros frequentado pelos adidos, pelo menos até 1964, se compunha essencialmente de antigos alunos da MMF, de oficiais que mantinham um forte vínculo “espiritual” com o Exército francês.

A inovação dos adidos Normand e Lemond seria utilizar a doutrina para

afirmar os interesses franceses. Nos cerimoniais, nos eventos solenes e encontros organizados pela embaixada, a cooperação franco-brasileira estava sempre na ordem do dia. É a presença constante dessa referência, nas descrições exaustivas dos adidos militares em seus relatórios, que nos leva à conclusão de que o passado e a doutrina eram os únicos campos para o diálogo franco-brasileiro.

Para os oficiais superiores brasileiros a MMF representava uma fonte de prestígio. Os representantes de uma linha mais antiga e venerada do Exército brasileiro são antigos tenentes do Forte de Copacabana ou da Coluna Costa/Prestes, revolucionários de 1930, ex-alunos da Missão Francesa e em sua maioria veteranos da Segunda Guerra mundial. Sua influência sobre o oficialato brasileiro era essencial para obter-se um verdadeiro apoio dentro do Exército. As iniciativas francesas no sentido de restabelecer contatos eram limitadas pela presença esmagadora dos Estados-Unidos, portanto todo contato era marcado por grande cautela. Os resultados parciais de uma tentativa de reaproximação mostram a reestruturação de uma antiga rede de conhecimentos, cujo elemento comum é a identificação a um passado de cooperação entre a França e o Brasil.

Em 1966, Jean Wartel, aprofunda a afirmação de Normand:

Se os generais e oficiais superiores conservaram a orientação intelectual e militar francesa e o uso de nossa língua, muitos jovens oficiais foram formados segundo as doutrinas e as técnicas americanas e praticam a língua inglesa³⁶.

A observação dos currículos dos oficiais citados acima revela que todos passaram por cursos militares nos Estados Unidos. Além da presença norte-americana, um dos principais empecilhos para os adidos franceses era o idioma, pois o francês além de já não ser mais obrigatório nas escolas civis ou militares, era língua pouco utilizada nas formações no estrangeiro. A dificuldade de comunicação com a maioria dos coronéis interessados pela doutrina francesa conduzia a interpretações equivocadas da situação brasileira. Foi necessário o interesse de militares brasileiros em adaptar a doutrina brasileira à nova missão que se apresentava ao Exército para que houvesse uma aproximação com a França.

Convidado a pronunciar, em 1966, a conferência de abertura dos cursos da Escola Superior de Guerra francesa aos jovens oficiais brasileiros selecionados para o estágio de um ano, o general Malan lembrou o encontro da FEB com os oficiais franceses no final da Segunda Guerra mundial. No mesmo ano, e em resposta a cortesia dos serviços consulares franceses, o general Malan convidou e adido militar francês no Brasil, coronel Wartel, veterano da guerra da Argélia, a pronunciar uma conferência sobre a amizade franco-brasileira no Clube Militar. Em seu rascunho para a conferência, pode-se ler:

A França jamais esquecerá a participação do Brasil na Segunda Guerra mundial. O envio da Força Expedicionária Brasileira provou a solidariedade do Brasil e com a França. A Divisão Brasileira, sob as ordens do general Mascarenhas de Moraes, terminou seu longo caminho através da Itália encontrando-se com a 27ª Divisão de Infantaria Alpina³⁷.

A partir desse momento inicia-se um verdadeiro diálogo entre alguns oficiais e os adidos franceses. Diálogo diplomático que cresceria conforme esse grupo de oficiais ascenderia em suas carreiras e tomaria as rédeas do poder dentro das Forças Armadas. Nos anos anteriores ao golpe houve intercâmbios para a formação de técnicos militares, e o adido militar assinalou em seu relatório as primeiras demandas oficiais das polícias dos estados para receber auxílio e instrução dos oficiais franceses. Lallart constata que uma verdadeira cooperação esta se construindo. Dentro dos arquivos abriu-se, para o ano de 1963, uma nova caixa denominada “cooperação franco-brasileira”. Nelas, vê-se que as reuniões entre os adidos e oficiais gerais tornam-se mais freqüentes. Em 1964, o presidente de Gaulle foi recebido pelo general Castelo Branco, primeiro presidente do regime militar; três anos mais tarde, Castelo Braço foi à França, e em 1967, seu ministro do Exército, general Artur da Costa e Silva.

Nomeado embaixador brasileiro na França em 1970, o general Aurélio de Lyra Tavares daria um impulso considerável ao diálogo franco-brasileiro. Antigo aluno da MMF, veterano da FEB e membro da cúpula de poder dos militares que organizaram o golpe de 1964, Tavares promove amplamente a aproximação entre os dois exércitos. Em 1972, no auge da repressão imposta pelo regime militar, diversas visitas às instalações militares foram, organizadas pela Escola Superior de Guerra para que um seletivo grupo de jovens oficiais pudesse apreciar os avanços nas técnicas militares francesas. Em contra-partida, no Brasil, um grupo de oficiais franceses começa a freqüentar as aulas do destacamento militar da Amazônia. Embora este capítulo da historia militar brasileira seja pouco conhecido e mereça um estudo à parte, convém nesse trabalho lembrar, sobretudo a atuação de Lira Tavares na promoção do diálogo franco-brasileiro.

Em julho de 1970, o presidente Georges Pompidou reproduziria parcialmente o discurso do adido militar francês no Brasil ao receber o ministro Tavares na embaixada do Brasil em Paris.

A França jamais haveria de esquecer que, durante a Segunda Guerra Mundial, as tropas brasileiras combateram pela causa da libertação da França. O Corpo Expedicionário Brasileiro substituiu, em 1944, na frente italiana, as forças francesas que deveriam participar do desembarque em Provence.

Assim, Senhor Embaixador, nós saudamos na sua pessoa o

representante de um país ligado ao nosso por laços múltiplos, cujos recursos de todas as ordens, particularmente os humanos, lhe asseguram um grande futuro.³⁸

Sua primeira medida para receber o apoio do governo francês é relembrar a atuação de Charles de Gaulle durante a guerra e celebrar sua visita ao Brasil em maio de 1964. Em uma cerimônia oficial organizada na embaixada brasileira em Paris, Lira Tavares pronunciou um discurso sobre a libertação da França e o desembarque das tropas brasileiras na Itália.

Segundo Alfredo Souto Malan “é de se assinalar que os alunos foram substituir seus mestres no Front italiano”³⁹. O tom do discurso do general brasileiro é muito próximo do adotado pelos adidos militares franceses. Aos poucos, não é mais o fato de terem sido equipados pelo Estados Unidos que contava, mas o encontro com a divisão alpina do Exército francês. A monografia de Malan reproduz na íntegra o discurso da diplomacia militar francesa no Brasil, se tornando uma apologia da MMF e da doutrina francesa. O autor segue afirmando:

Se fomos adaptados a uma doutrina de combate de modelo norte-americano, como também o foram nossos mestres na segunda fase da Guerra, a ela, facilmente nos incorporamos pela base que possuíamos e porque era muito mais fácil passar de um sistema econômico de guerrear, usando parcimoniosamente os meios, para outro de uma certa fartura, onde não se levava em conta o *quatum satis*⁴⁰.

A cultura militar francesa era transmitida e reproduzida por mecanismos próprios à instituição militar, isto é através de cerimônias e rituais militares. No próprio Museu do Exército situado no Forte de Copacabana é possível observar objetos que celebram ou cultuam a Missão Militar Francesa como um mito fundador do Estado-Maior do Exército. O fato de esses elementos serem reunidos posteriormente pelos dirigentes políticos e militares brasileiros mostra que existiu uma vontade real de valorizar a cultura militar francesa. A sua valorização em livros, artigos de revistas militares ou museus, permite a justificação e a legitimação de uma escolha preferencial pela França. A MMF representa um marco político e doutrinário dentro do Exército. A evocação permanente desse passado pelo alto comando do Exército modifica a percepção do passado. Embora tenha sofrido sérios ataques dos militares do Estado Novo, a MMF é idealizada e não mais se vêem os erros cometidos pela França e os privilégios concedidos à Alemanha. Só resta a memória de uma cooperação frutuosa.

Considerações finais

A relação militar entre a França e o Brasil depois da Segunda Guerra Mundial

pode ser dividida em quatro partes, em função dos oficiais gerais que ocupavam cargos de decisão dentro das Forças Armadas. Essa tendência de aproximação com os Estados Unidos se manteve durante os governos de Eurico Dutra e Getúlio Vargas (1951-1954). Durante a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a situação começou a mudar, sobretudo por conta da atuação de Henrique Teixeira Duffles Lott e Odílio Denis, descendentes de franceses e suíços, respectivamente. A aproximação com a França tornou-se cada vez maior com a ascensão ao generalato de Castello Branco, Lira Tavares e Souto Malan. O golpe militar de 1964 abriu uma fase de aproximação intensa, sobretudo por parte das polícias militares de Minas Gerais e São Paulo, que começaram a enviar estagiários e receber auxiliares franceses para a instrução de seus oficiais. Mas o clímax dessa relação, que torna-se cada vez mais tumultuosa, veio com a gestão de Lira Tavares no Ministério das Relações Exteriores.

Após o golpe militar de 1964, os adidos franceses reproduziram o discurso oficial do alto comando do Exército brasileiro. Diversos elementos observados em relatórios e memorandos da Embaixada francesa, sediada no Rio de Janeiro até 1972, nos levam a crer que as relações franco-brasileiras eram valorizadas como uma forma de contrabalançar a presença e a influência estadunidense. Porém, é difícil entrever nesses documentos elementos que afirmem uma cumplicidade francesa na ação repressiva do Exército brasileiro ou mesmo na constituição de sua rede de relações diplomáticas.

O Exército francês representa para o brasileiro antes de tudo, um modelo político-militar. Sua ação na Indochina e em seguida na Argélia, quando teorizadas por seus principais oficiais, corresponde a uma certa visão de mundo. O comportamento dos oficiais franceses nesses campos de batalha constitui um conjunto de normas e regras comportamental. Nas escolas superiores militares, a releitura e re-interpretação de livros e artigos de chefes revolucionários russos, chineses e vietnamitas permitem a elaboração de uma nova missão para o Exército. Essa bibliografia deixa uma grande margem de interpretação. Ela fornece elementos para a afirmação da função política do Exército. A nova missão do Exército, à qual somam-se os anos passados sob influência positivista, é de manter a ordem interna e preservar a pátria de seus inimigos internos. A doutrina de guerra revolucionária fornece o fundamento e as bases para a constituição da doutrina militar brasileira, independentemente dos procedimentos e técnicas difundidas pelo Exército estadunidense.

O diálogo franco-brasileiro surgiu como uma nova dinâmica para as relações internacionais do Brasil, em que militares e civis, que compartilham em certo momento ideais similares, ocuparam cargos de alta importância para a tomada de decisões em política estrangeira. O passado das relações franco-brasileiras foi

revisto e reescrito, dissimulando os fracassos franceses para valorizar a linearidade dessas relações diplomáticas. O discurso do ministro Tavares, em resposta ao do presidente Pompidou, contribui para a legitimação da parceria militar entre a França e o Brasil, durante o momento em que a ditadura insaturada em 1964 assumia sua face mais repressiva.

NOTAS

- 1 Service de Documentation Extérieure et de Contre-espionnage (SDECE).
- 2 MOURA, G. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.42.
- 3 DOMINGOS, M. « A disputa pela missão que mudou o Exército », IN: *Estudos de História*. Franca. V. 8, nº 1, 2001. P. 197-217.
- 4 DOISE, J. VAÏSSE, M. *Politique étrangère de la France. Diplomatie et outil militaire (1871 – 1991)*. Paris: Éditions du Seuil. 1992 (1987).
- 5 BASTOS, J. de A. *Missão militar francesa no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1994 (1983).
- 6 ANDRADA LUNA, C. M. « Os 'jovens turcos' na disputa pela implementação da missão militar estrangeira no Brasil ». IN: *Primeiro congresso da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*. UFSCar. São Carlos – São Paulo. 2007.
- 7 Relatório do ministério da Guerra - 1924. Rio de Janeiro. *Centre for Research Library, Brazilian Document Digitization Project, Ministerial Reports*. A-II-21.
- 8 MOTTA, J. *A formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 2001 (1976). P. 284.
- 9 CASTRO, C. « Inventando tradições no Exército brasileiro : José Pessoa e a reforma da Escola Militar », IN : *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 7. N. 14, 1994. P. 231-240.
- 10 MALAN, A. S. (General). *Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988, p. 145.
- 11 A partir da leitura de alguns documentos franceses e brasileiros referentes à Missão Militar Francesa, tais como os relatórios dos chefes da Missão entre 1931 e 1936, ou seja, o tenente-coronel Baudouin e o general Hutzinger, depositados no *Service Historique de la Défense* em Vincennes, nos permitem chegar à esse número.
- 12 MALAN, A. S.(General). *Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988, p. 145.
- 13 *Fiche d'orientation sur le Brésil et la force publique de l'Etat de São Paulo – 1948*. Paris. *Service Historique de la Défense* (SHD). IOT 1108. P. 4. A tradução dos documentos do francês para o português foi feita pelo próprio autor.
- 14 Nome dado à aliança política entre o governo francês e o alemão após a assinatura do armistício de 1941.
- 15 Relatório do Ano de 1942 Ministro das Relações Exteriores. p. 23
- 16 SVARTMAN, E. M. "A Americanização do Exército Brasileiro (1935-1964)". Texto apresentado no encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, realizada à 26 de julho de 2006 em Belo Horizonte (MG).
- 17 ROSOUX, V.-B. *Les usages de la mémoire dans les relations internationales. Le recours au passé dans la politique étrangère de la France à l'égard de l'Allemagne et de l'Algérie, de 1962 à nos jours*. Bruxelas : Éditions Bruylant, 2001.

- 18 *Livraisons Monazite et Ilménite*. Carta do ministro das Relações Exteriores francês ao embaixador da França no Brasil – 7 de maio de 1946. Paris. SHD. 10T1110.
- 19 Mais detalhes em: SVARTMAN, E. M. *Guardiães da Nação : Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Porto Alegre. Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. p. 177-178.
- 20 *Note confidentielle sur la production de minerai de Beryllium au Brésil*. SD. Paris. SHD. 10T1110.
- 21 *Rapports sur les minerais radioactifs dans le Minas Gerais* – 26 de outubro de 1946. Paris. SHD. 10T1110.
- 22 Outubro de 1946 é a data de envio do documento pelo adido militar francês ao embaixador; em 17 de novembro este envia seu parecer para o ministro das Relações Exteriores francês; em 12 de janeiro de 1947 ele recebe a resposta da Comissão para Questões Atômicas.
- 23 *Rapports sur les minerais radioactifs dans le Minas Gerais* – 26 de outubro de 1946. Paris. SHD. 10T1110.
- 24 *Aide militaire des Etats-Unis au Brésil*. Relatório de informe – Agosto de 1966. P. 3. SHD. 10T1109.
- 25 *Propositions concernant la mobilisation du poste d'attaché militaire français au Brésil* – 1948. P. 19. Paris. SHD. 10T1112.
- 26 *Rôle des forces armées françaises dans l'effort de propagande et d'expansion actuellement appliqué sur le Brésil* – Janeiro de 1958. P. 10. AMAE. Série Amérique 1945-1958: sub série Brésil.
- 27 « *Activité de l'Attaché Militaire, Naval et de l'Air en 1960* ». Relatório anual, tenente-coronel Henri Lemond. Janeiro de 1960. P. 2. SHD: 10T1112.
- 28 *Idem*. P. 2. SHD: 10T1112.
- 29 *Le Brésil et la défense de l'Atlantique Sud*. General André Normand. 1958. SHD : 10 T 1108.
- 30 Mais detalhes em: PÉRIÈS, Gabriel. « Un modèle d'échange doctrinal franco-argentin : le Plan Conintes 1951-1966 ». IN : FREGOSI, R. (Dir.). *Armées et pouvoirs en Amérique Latine*. Paris : Edições do Institut des Hautes Etudes sur l'Amérique Latine. 2004.
- 31 *Rôle des forces armées françaises dans l'effort de propagande et d'expansion actuellement appliqué sur le Brésil* – Janeiro de 1958. P. 8. AMAE. Série Amérique 1945-1958: sub série Brésil.
- 32 MARTINS, J.-R. A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. IN: Congresso *The cultures of dictatorship*. University of Maryland. EUA - outubro de 2004
- 33 Escola Superior de Guerra. Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas. Terceiro Simpósio - 1960. Rio de Janeiro. Biblioteca da ESG.
- 34 Escola Superior de Guerra. Curso de Estado Maior e Comnado das Forças Armadas. Abril de 1960. Rio de Janeiro: Biblioteca da ESG.
- 35 *Rôle des forces armées françaises dans l'effort de propagande et d'expansion actuellement appliqué sur le Brésil* – Janeiro de 1958. P. 8. AMAE. Série Amérique 1945-1958: sub série Brésil.
- 36 *Aide militaire des Etats-Unis au Brésil*. Relatório de informe – Agosto de 1966. P. 3. SHD. 10T1109.
- 37 *Coopération franco-brésilienne*. Relatório anual – Novembro de 1963. P. 1. AMAE, Série Amérique 1958-1976: sub série Brésil.
- 38 Trecho extraído de: TAVARES, A. de L. *Brasil-França. Ao longo de cinco séculos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1976 (1973). P. 285-286.
- 39 MALAN, A. S. (General). *Missão Militar Francesa... Op. cit.* p. 202.
- 40 *Idem*, p. 203.